



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 74-75

SUSANA CORREIA (1955-2021) *IN MEMORIUM*

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO - ARMAZENAMENTO MEDIEVAL
E MODERNO EM PORTUGAL

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

74-75

Ano de Edição

2025

Ano Associativo AAP

2022-2023

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e César Neves

Design gráfico

Paulo Freitas

Fotografia da capa

Escavações em BRA77A, que se prolongaram em 1978, sob a direcção de Susana Correia e João Castro

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

250 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud

SUSANA CORREIA (1955-2021) IN MEMORIUM

- 9 Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Susana Correia / primórdios do Campo Arqueológico de Braga (1977/1978)
Francisco Sande Lemos
- 21 Uma mulher do Norte, em trânsito para o Alentejo
António Carlos Silva
- 27 Década de 80: alegria do trabalho num sopro de nostalgia
Teresa Marques
- 31 À Susana, uma serena viagem para Ítaca
Maria Filomena Barata
- 35 Legado de Susana Correia aos jovens arqueólogos
Jacinta Bugalhão
- 49 “*Informação Arqueológica*”. Um boletim de e para a divulgação da Arqueologia Portuguesa
Carlos Boavida
- 61 Susana Helena Bastos Correia da Fonseca (1955-2021), antiga aluna, amiga de sempre, cidadã empenhada: a nostalgia do Sul
Vitor Oliveira Jorge
- 65 Degebe em Alqueva: 1998-2001
Ana Sofia Antunes, Consuelo Gómez Granel, Lidia Virseda Sanz
- 83 A Rua do Sembrano. Um caso paradigmático de Arqueologia Urbana na cidade de Beja
Carolina Grilo
- 95 Susana Correia e o projeto do Museu de Moura
Santiago Macias
- 99 Memórias
Susana Lopes
- 103 Lembrando a Susana
Eduardo Pires de Oliveira
- 107 Susana. Memórias, Encontros e Partilhas
Ana Isabel Palma Santos
- 109 Susana Correia e o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa
Ana Sofia Antunes
- 117 Para uma bibliografia da Susana Correia
Manuela de Deus

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO – ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL

- 125 Colóquio – “Silos, matamorrás e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal”
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida, João Marques, Teresa Marques
- 127 Os silos Medievais da *Villa* Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo
Luísa Batalha, Guilherme Cardoso, Mário Monteiro
- 137 As “covas de pão” de Carnide: um grande celeiro às portas da Lisboa medieval
Ana Caessa, Nuno Mota

- 157 Silos Medievais de São Vicente de Fora – Lisboa
Nuno F. Poínhas Pires
- 167 Problemáticas em torno da gestão de um espaço ao longo de dois séculos: os silos medievais do Largo da Atafona – Lisboa
Vasco Noronha Vieira, Tiago Pereira, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Dário Neves, Marina Carvalhinhos
- 177 Silos Medievais no Núcleo Histórico de Almada: tipologias e seu contexto
Sérgio Manuel Peleja Rosa
- 195 *Quem Guarda, acha!* Os silos medievais do Centro Histórico de Moura
Vanessa Gaspar

ARTIGOS

- 215 Lâmina de machado, pré-histórica, no culto ibérico a Júpiter?
Mário Varela Gomes
- 221 As antiguidades romanas em Júlio de Castilho: os casos particulares do teatro e das termas dos Cássios
Lídia Fernandes, Carlos Cabral Loureiro
- 239 Arqueolog(IA). O uso da Inteligência Artificial na prática e na teoria arqueológica
Daniel Carvalho
- 247 Francisco Santana. O olisipófilo e o periódico *Olisipo*
Eunice Relvas
- 253 Contar 30 Anos. A actividade da Comissão de Estudos Olisiponenses (1994-2024)
Carlos Boavida

RELATÓRIOS

- 263 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2022
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 271 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2023
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 279 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 283 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 287 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 291 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 293 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2022
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 297 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2023
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 301 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2022
Lina Oliveira
- 303 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2023
Lina Oliveira
- 305 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2022
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 313 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2023
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

LEGADO DE SUSANA CORREIA AOS JOVENS ARQUEÓLOGOS

Jacinta Bugalhão

jacintabugalhao@gmail.com

1. A MINHA VIDA DE ARQUEÓLOGA E A SUSANA

Entre os muitos colegas que recordo terem-me recebido, em 1989, quando comecei a trabalhar no Departamento de Arqueologia do IPPC, está a minha querida amiga Susana Correia.

Nessa altura, José Morais Arnaud, então técnico superior do serviço, promoveu o estabelecimento de Protocolos entre o Estado (o IPPC) e as grandes empresas de florestação (Portucel, Soporcel e Celbi), com vista a “proceder aos levantamentos patrimoniais necessários nas áreas a florestar, prevenindo assim a destruição de vestígios arqueológicos preservados no subsolo”¹. Em 1989, foram então criadas as “equipas das florestas” que executavam estes trabalhos de Arqueologia, coordenados pelo IPPC, na pessoa de José Morais Arnaud, e financiados pelas empresas de florestação². As equipas das florestas integraram, inicialmente, quatro arqueólogos, Alexandra Estorninho,

João Muralha Cardoso, Pedro Almeida e eu, a que se juntaram mais tarde, Artur Martins e Carlos Ramos.

Para mim, para além do ingresso no mundo do trabalho, foi a entrada num clube muito restrito no final dos anos 80, início dos Anos 90’ – os arqueólogos do IPPC, mais tarde IPPAR. Foi o início de uma vida profissional, em que me senti bem recebida, bem integrada, e em que os colegas, que se transformaram em amigos, tiveram sempre um papel muito importante. Com todos, e com a Susana em particular, foi também a descoberta da Ética do Serviço Público e de uma espécie de valor/axioma, *Arqueologia de Todos e para Todos*. No fundo aprendi que a Arqueologia não é apenas o nosso trabalho, mas que existe uma forte adesão emocional, uma militância, na forma como exercemos esta profissão de arqueólogos.

Com eles aprendi que “a Arqueologia é paixão, Ciência, Património Cultural, passatempo que se tornou profissão, micro sector económico, recurso económico e territorial, elemento de memória e identidade, factor de coesão e paz, espaço de intervenção social. Experimenta-se na juventude, visita-se, lê-se nos jornais (e na internet), ensina-se e apende-se na Universidade, investiga-se e divulga-se, salvaguarda-se e perde-se, tolera-se e ignora-se, ama-se e detesta-se. É desenvolvida por arqueólogos, técnicos de arqueologia, arqueocientistas, profissionais de museus e por instituições ligadas à Arqueologia, numa teia de

¹ Protocolo estabelecido entre o IPPC e a Soporcel para protecção do Património Arqueológico, 1989. Arquivo da Arqueologia Portuguesa, processo n.º 89/1(028)-B.

² ARNAUD, José Morais; ALMEIDA, Pedro; BUGALHÃO, Jacinta (1991) – Intervenções Arqueológicas nas áreas a florestar pela Soporcel. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.

imbricadas relações em que participam muitos outros agentes sociais, de forma regulada, regulamentada e controlada pelo Estado, porque labora sobre um Bem Comum, o Património Arqueológico, que é material e imaterial, pois inclui o conhecimento que, a partir do material, pode ser criado”³.

Desses primeiros tempos, recorro como me impressionaram, de forma especial, as minhas colegas mulheres. Eram jovens, inteligentes, intelectualizadas, combativas, divertidas, lindas; profissionalmente, empenhadas, competentes, conscientes, comprometidas. Possivelmente devido à minha origem social e cultural, até aí, não conhecia mulheres assim. Rapidamente, estas minhas colegas, pouco mais velhas que eu, se tornaram os modelos que faltavam na minha vida. Era assim que eu queria ser! Ainda é.

Com a Susana, eu sentia que ... mi casa es tu casa...

A nível profissional, a Susana Correia contagiou-me com esta *mania de inventariar*. O meu interesse pelo inventário foi em muito incutido pela Susana. Inventariar, organizar, e seriar o espólio logo durante a escavação (recorro a sala de trabalho dos materiais, em Miróbriga). Marcou-me também, o valor, naquela altura conferido à Arqueologia de Salvamento (recorro o Monte da Formiga)⁴. Bem como, a importância da Carta Arqueológica, dos projectos de Carta Arqueológica (recorro Cuba) e, principalmente, mais tarde e com outros colegas também, do *Endovélico*, o nosso *Endovélico*. Eu era uma perfeita esponja!

A Susana fez o mestrado em Arqueologia no Porto⁵ (logo no primeiro ano em que abriu o curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto). É claro que eu tinha interesse em aprofundar a minha formação, mas o mestrado da Susana e as conversas que sobre isso tivemos, inspiraram-se a fazer, também, o mestrado de Arqueologia no Porto⁶.

³ BUGALHÃO, Jacinta (2022) – Enquadramento Legislativo e Estrutura do Estado na Gestão da Arqueologia Portuguesa. *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série, 25, p. 86.

⁴ BUGALHÃO, Jacinta (1999) – O Povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da Arqueologia Preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 2, pp. 123-136.

⁵ CORREIA, SUSANA (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁶ BUGALHÃO, Jacinta (1997) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Tese de mestrado apresentada à Facul-

Na minha lembrança e no meu coração ficarão inúmeras vivências partilhadas, irrelevantes e incompreensíveis para todos, a não ser para quem as vive e conhece todos os códigos de que é feita a amizade, quase como um poema:

As gémeas e o colégio de Santra Clara, na infância,
As “letras da luz”, na juventude,
A tampinha transparente do desodorizante Nivea,
pela manhã,
Os *Bloody Marys*, no Cais do Sodré, à tarde,
Os *joaquinzinhos* fritos, ao jantar,
O viaduto sobre o rio Degebe, à noite,
Os restaurantes da Festa do Avante, no fim do Verão

2. A SUSANA E O STARQ

Por ocasião do seu no 7.º Aniversário, no dia 30 de Março de 2019, o STARQ (Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia) organizou a Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a atualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia. A mesa-redonda foi moderada por Regis Barbosa, Presidente do STARQ, e contou com as intervenções de António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia e anfitrião, e de quatro arqueólogos, de gerações e percursos profissionais diferentes: José d’ Encarnação, Susana Correia, Rui Morais e Liliana Matias de Carvalho. “O debate tocará diversos pontos, incluindo testemunhos pessoais, desde a fase de formação ao percurso profissional. Quais as dificuldades, opções e sucessos. E qual a relação entre o percurso profissional com a evolução do país a nível político, social, económico e cultural. Terminando nos principais problemas ou questões laborais com que se confrontaram ao longo da vida profissional. Queremos traçar pontos de evolução na profissão e lançar desafios para o futuro”⁷.

dade de Letras da Universidade do Porto; mais tarde publicada em: BUGALHÃO, Jacinta (2001) – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

⁷ Texto de divulgação da Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a atualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia, difundido pelo STARQ.



Figura 1 – Cartaz da Mesa Redonda “Percurso do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade”, no Museu Nacional de Arqueologia, 30 de Março de 2019).

Susana Correia respondeu positivamente ao convite que lhe foi endereçado. Uns dias antes, recebi um mail da Susana que ilustra, de forma muito fiel, a pessoa, amiga e colega que era, e que, por isso, aqui reproduzo:

“Querida amiga:
 Não sei o que faça à minha vida, estou com *sobrecarga de afetos!* Passo a explicar:
 Queria muito estar contigo para além da mesa redonda.
 Queria muito estar com os Tony/Quinn [Antónia Tinturé e Joaquim Garcia]
 Queria muito estar com a Teresa Marques
 Queria muito estar com o João Marques
 Queria muito estar com uma sobrinha do Zé [José Baguinho, marido] que teve um putito.
 Queria muito estar com a Ana Isabel [Santos].
 Como diabo é que vou gerir isto tudo? Pois não sei! Tudo ao molho e fé em Deus pode não ser prático (diz-me a experiência...)
 Mas alguma coisa hei-de organizar... Deixa lá ver

como é que consigo articular todas estas minhas necessidades!

O Zézito [José Baguinho, marido] vem comigo mas vai estar sábado todo o dia num encontro sobre Movimento Associativo (...) se calhar teremos que ficar para domingo, deixa lá ver.

Bem, irei dando notícias - ainda nem sequer falei com a Toni [Antónia Tinturé] por causa desta agenda maluca, e a ti estou a escrever para que não penses que desapareci em combate...

Beijos e iremos falando
 Susana”

Mail de Susana Correia dirigido a Jacinta Bugalhão, em 25/03/2019.

“Susaninha. Se queres juntar maralha pode ser ao jantar. Nessa fase, é só festa.

Se quiseres almoças connosco na mesma. O Rui Morais vem e vamos juntar um grupo do STARQ. Mas pode vir quem quiser.

Sem problemas.

Diz-me só o que decidires.

Bjs”

Mail de resposta de Jacinta Bugalhão dirigido a Susana Correia, em 26/03/2019.

Tudo se combinou. Almoçámos e jantámos, com camaradas do STARQ, com António Carvalho, com amigos e colegas. Foi um dia muito, muito, bom!

A Susana faleceu, trágica e inesperadamente, em 2 de Novembro de 2021. Em Março de 2022 foi homenageada pelo STARQ que disponibilizou no seu site o vídeo (oportunamente gravado) da intervenção da Susana na mesa-redonda, juntando esta nota:

“Hoje, 24 de Março, o STARQ comemora o 10.º aniversário (Assembleia-Geral Constituinte, realizada a 24 de março de 2012, no Museu Nacional de Arqueologia). A 30 de Março de 2019, no seu 7.º aniversário, mais uma vez no Museu Nacional de Arqueologia, o STARQ promoveu a Mesa Redonda “Percurso do trabalho em Arqueologia – entre o 25 de abril e a actualidade”. Um dos quatro intervenientes na Mesa Redonda foi a arqueóloga Susana Correia, recentemente desaparecida. Por isso hoje, num misto de comemoração e evocação, o STARQ disponibiliza publicamente o vídeo da intervenção da Susana Correia, nessa ocasião, onde é prestado um valioso testemunho, na primeira pessoa, das demandas da nossa Arqueologia, nas últimas décadas. Obrigada, Susana!”

(<https://starq.info/destaque/intervencao-susana-correia-trabalho-em-arqueologia-entre-o-25-de-abril-e-a-actualidade>)

A intervenção da Susana é extraordinária em muitos aspectos. Para além de um testemunho autobiográfico é também uma mensagem enviada, directamente, do interior da “nossa” Arqueologia. A Susana fala como arqueóloga, para arqueólogos. Emite opinião e partilha reflexão, sempre sobre Arqueologia. É um documento.

Por essa razão, decidi transcrever a intervenção oral da Susana nesta mesa-redonda, para publicação, em forma escrita, nos textos de homenagem reunidos na sequência do Colóquio “Susana Correia (1955-2021) *In Memoriam*” organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 13 de Outubro de 2022, no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa.

A edição do texto, marcadamente oral, foi, por opção, minimalista.

3. LEGADO DE SUSANA CORREIA AOS JOVENS ARQUEÓLOGOS⁸

Edição de Jacinta Bugalhão

Introdução do moderador, Regis Barbosa:

Boa tarde a todos. Vamos iniciar a nossa mesa-redonda sobre os percursos profissionais em Arqueologia. É uma ocasião muito especial, para o Sindicato, porque passaram sete anos desde a criação do sindicato de arqueologia, o STARQ. É extremamente gratificante voltar aqui, nesta sessão, neste Museu, porque foi aqui que o STARQ foi fundado, há sete anos. Portanto, é bom voltarmos a casa, e é bom ter estes profissionais de Arqueologia, estas quatro pessoas aqui, à minha volta, que podem dar um testemunho diferente, diverso, dessa experiência na vida profissional, como arqueólogo, como investigador, como trabalhador do Património.

(...)

⁸ Cumpre agradecer muito ao STARQ que organizou esta mesa-redonda, de tão boa memória; ao Museu Nacional de Arqueologia, nomeadamente ao seu director, António Carvalho, que tem sempre as portas abertas para o STARQ e ao Carlos Dinis, que incansavelmente regista em fotografia e vídeo todos os eventos que se realizam no MNA. Sem a sua participação, a publicação deste texto teria sido impossível. Agradeço ainda e muito, a ajuda das minhas colegas e amigas Alexandra Estorninho, Filipa Bragança e Ana Sofia Gomes, na transcrição do áudio, em apoio do meu “ouvido duro”.



Figura 2 – Mesa Redonda “Percursos do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade” (fotografia de Carlos Dinis).

Eu agora queria passar aqui a palavra para uma arqueóloga que trabalha na Direcção Regional de Cultura do Alentejo, herdeira do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul. É a Susana Correia e que esteve ligada, não só aos inícios do IPPC, num momento importante em que o serviço público, ligado à Arqueologia, ligado ao Património Cultural, ganha uma outra estrutura e envergadura, talvez mais próxima do que temos hoje. Portanto, um momento muito importante para a construção da Arqueologia portuguesa.

Por outro lado, a Susana está também muito ligada a uma “coisa” que fazemos muito hoje, (...) que é a arqueologia urbana. E que foi feita em Braga, ainda nos anos 70.

Susana, você podia falar um pouquinho disso?

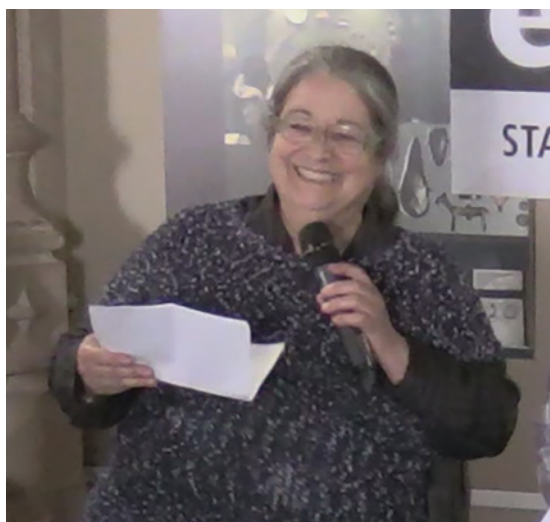


Figura 3 – A Susana, na Mesa Redonda “Percursos do Trabalho em Arqueologia, entre o 25 de Abril e a actualidade” (fotografia extraída do vídeo de Carlos Dinis).

Susana Correia:

Então, boa tarde a todos, mais uma vez, e a todas, para ser politicamente correcta. Quero agradecer antes de mais, ao Sindicato pelo convite que me fez e, em particular, perdoem-me os outros membros do sindicato, à Jacinta. É um bocado como a cena do Padrinho, de nos meterem uma cabeça de cavalo na cama, ela faz-me uma proposta que eu não podia recusar porque, conheço há muito tempo e muito bem a Jacinta e acho que é uma lutadora. Não só uma lutadora no campo da investigação científica, que às vezes não é fácil e também é preciso lutar aí; mas também tem sido, desde sempre, uma lutadora pelos direitos desta classe que são os arqueólogos. E por isso e perante este aniversário, eu não poderia fazer outra coisa senão aceitar e agradecer muito o convite que me fizeram.

Por outro lado, estou muito contente de estar aqui porque o Museu Nacional de Arqueologia faz parte, também, da história da minha vida e de uma fase, se calhar decisiva e importantíssima, para aquilo que eu depois fiz, a partir desse momento.

Como me convidaram para eu contar a história da minha vida, que já é longa, eu vou tentar resumir telegraficamente aquilo que fiz, até porque, a seguir, escrevi meia dúzia de reflexões, pensando que estaria aqui gente mais nova e achei que podia ser interessante partilhá-las com vocês. Não tomem isto como uma atitude paternalista de: “eu sou mais velha, sei melhor, sei mais que vocês”. Não é isso. Mas tomem antes isto como uma atitude: “eu sou mais velha, portanto ando a pensar nestas coisas há mais tempo que vocês” e cheguei a algumas conclusões, cheguei a algumas dúvidas também, e gostava de partilhar algumas destas ideias convosco, como pistas para a vossa própria reflexão individual no exercício das vossas carreiras. Portanto, sem perder mais tempo, começando pelo princípio.

Porque é que eu fui para arqueóloga? Não tive muita escolha. Desde o princípio, para mim, era bastante evidente que eu queria trabalhar na área da Arqueologia. Talvez porque o meu tio, que eu não conheci, era arqueólogo, o Vergílio Correia. O meu pai tinha trabalhado com ele, tinha trabalhado com o irmão, e desde miúda, que em minha casa se falava de História e se falava da Arqueologia, se falava no trabalho que o meu tio tinha feito em Conimbriga. E por isso era um bocado inescapável fugir a esta tendência que também correspondia a um gosto pessoal que eu tinha pela disciplina da História.

Então, acabei por ir para a Faculdade, isto ainda antes do 25 de Abril, e fui suspensa por actividades tão subversivas, como a associação querer fazer elei-

ções, ser proibido, e os membros da associação de estudantes pedirem às pessoas que estavam nas salas para saírem, em solidariedade com eles. Nós saímos e veio a polícia, identificou-nos a todos e, não fomos presos, nada disso, mas fomos proibidos de entrar no espaço da Faculdade. O que quer dizer que, se não podíamos entrar na Faculdade, na prática, não podíamos “tirar o curso”. Isso foi muito bom para mim, por estranho que pareça.

Porquê? Primeiro, porque eu não podia entrar na Faculdade de Letras, mas eu podia entrar nos outros edifícios. E então, comecei a entrar na Faculdade de Ciências e a trabalhar com o Huet Bacelar e, na altura, com o Gustavo Marques que estava lá a estudar os materiais de Alpiarça, e que me ensinaram a inventariar material, a lavar material, a marcá-lo. E eu acabei por “ter” essa parte prática, para ocupar o meu tempo, uma vez que não podia entrar na minha Faculdade. Isto tinha acontecido em Fevereiro e, nesse ano, houve o 25 de Abril. Portanto eu acabei por “passar o ano”, com passagem administrativa, e não fui prejudicada, graças ao 25 de Abril. Portanto, tenho uma razão suplementar para estar contente com esta data, do 25 de Abril de '74!

Depois, calmamente, acabei o curso já sem outros percalços e comecei-me a interessar ao nível da Arqueologia, sobretudo pela Pré-História Recente. Porque achei que era uma área de investigação extremamente interessante do ponto de vista social. Isto hoje em dia, já é um bocado questionado, mas na altura era mais aceite porque as “coisas seriam mais simples”. Agora já vemos que há realidades muito mais complexas. Para mim, era a fase mais interessante, porque era o momento em que, do meu ponto de vista, se estavam a prefigurar as sociedades tal como nós as conhecemos hoje. Com profissões, com diferenciações sociais, com uma série de características que, na altura, era pacífico que teriam raízes neste período. E por isso eu achei que seria sempre mais interessante para investigar e foi sempre a minha área de eleição.

Depois, quando acabo o curso, o Francisco Alves, que já foi director desta casa, convida-me para ir trabalhar para o Campo Arqueológico de Braga, onde eu trabalho durante dois anos, como o Regis já disse, e aí ganhei a minha grande experiência de campo e de arqueologia de salvamento. Acabo por sair do Campo Arqueológico porque não havia dinheiro para nos pagar. Nós chegámos a ter situações tão fantásticas como: havia verbas para os voluntários, então os voluntários comiam e os profissionais do Campo ficavam sentados, à espera que eles acabassem de comer,

para irmos comer os restos que eles tivessem deixado. Portanto, não pensem que a vossa vida é difícil, ou que só a vossa vida é difícil, porque a nossa também foi!

E pronto, acabei por sair e fui dar aulas.

E depois, quando o Francisco Alves veio aqui para o Museu, convida-me para integrar esta equipa que deu, realmente, a primeira “grande volta” aqui ao Museu Nacional e que tem tido continuidade até agora. Na altura, e está aqui a Teresa Marques que pertence a essa época também e esteve aqui comigo, trabalhávamos no Museu Nacional e no Departamento de Arqueologia do IPPC. Quando estes serviços se “desdobram”, eu passo a trabalhar no Departamento de Arqueologia e, depois, concorro para o, na altura, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul que, hoje em dia, é a Direcção Regional de Cultura do Alentejo. E aí tenho estado até agora, e desenvolvido vários trabalhos, dos quais não vos vou falar porque queria, sobretudo, falar-vos das minhas reflexões.

Portanto, a história da minha vida já acabou, estou na Direcção de Cultura do Alentejo até me poder reformar, com muito trabalho pela frente, até à aposentação.

E passo agora às minhas reflexões e aos meus conselhos.

Ora bem, como eu vejo a evolução da Arqueologia em Portugal, partindo do princípio que assisti a uma boa parte destes últimos tempos?

A seguir à extinção do IPA, eu começo a ver que a Arqueologia, que com o IPA se tinha afirmado no panorama nacional, também muito graças ao impacto da situação do Côa, começou a haver uma “diluição” da Arqueologia no conjunto das áreas do Património. E isso implicou, eu acho, uma certa perda de influência da Arqueologia. Em teoria, eu até acho que era interessante o conceito da Arqueologia integrada num serviço de gestão do Património em geral, mas a experiência leva-me a reconhecer que com um organismo autónomo tinha muito mais capacidade de intervenção e muito mais capacidade de afirmação. E por isso, eu penso que a extinção do IPA foi uma perda para todos nós. Isto são tudo as minhas opiniões pessoais, como é evidente.

Acho que o futuro ainda poderá ser mais complexo. A autonomização das Direcções Regionais de Cultura em relação ao organismo central também nos cria, por vezes, problemas. Temos por lado, a DGPC, e por outro lado, as Direcções Regionais de Cultura, mas somos organismos independentes, neste momento. Embora tecnicamente não sejamos, mas formalmente, somo-lo. E isso por vezes, também gera ruído e prejudica uma articulação mais eficiente. A própria

legislação que criou a DGPC e que criou os serviços regionais, agora Direcções Regionais, não é clara, tem zonas de sombra e complica toda esta situação. E se a situação não é mais grave, deve-se muito às pessoas que trabalham tanto nuns serviços como nos outros e na capacidade que nós temos tido de conseguir manter boas relações pessoais e humanas. E eu infelizmente, neste momento, não sei se não seria muito preferível que nós continuássemos a depender de um organismo central, em vez de termos uma autonomia que depois na prática acaba por não a ser.

Pior ainda, está-se a falar, agora, na hipótese das Direcções Regionais de Cultura serem integradas nas Comissões de Desenvolvimento Regional (CCDR). E eu acho que, mais uma vez, “nós” vamos sendo “diluídos” cada vez mais e a nossa influência, a nossa capacidade de intervenção pode-se ressentir disso. Vamos ter eleições este ano, 2019, e, portanto, certamente até as eleições isto não vai acontecer, mas depois não sei o que se prefigura no horizonte. Mas cada vez se tem falado mais desta hipótese e a CCDR, claramente, é um organismo virado para a gestão do território, mas não é um organismo que, de *per si*, tenha preocupações patrimoniais. Por isso, “sermos” integrados lá, pode ser mais uma machadada na nossa capacidade de intervenção, na capacidade de intervenção do Estado nos domínios do Património, da sua preservação e na fiscalização da sua actividade. É um receio que eu tenho, o futuro dirá, se é verdade, se não é, se isto vai acontecer.

A legislação também não tem ajudado. As nossas leis são confusas, são pouco explícitas, não estão regulamentadas, têm também muitas zonas de sombra (a Lei de Bases do Património de 2001, nomeadamente, e a lei que rege as classificações). E nós, na prática, quando tentamos de utilizar esses instrumentos legislativos, muitas vezes para tomarmos certas decisões, vemo-nos confrontados com essas inconsistências, ou com essa falta de regulamentação, que muitas vezes entravam e prejudicam a nossa actividade.

Preocupa-me muito o emagrecimento da administração pública, que traz graves dificuldades em termos de pessoal na administração pública e isso também se reflete nos nossos serviços. Se nós não tivermos capacidade de renovar os nossos quadros, cada vez temos mais volume de trabalho. Pelo menos, ao nível da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, onde eu trabalho, noto isso. O volume de trabalho está a crescer exponencialmente, sobretudo, agora, com os projectos agrícolas no âmbito da rede de rega de Alqueva. E se não tivermos capacidade de ter mais pessoas a trabalhar, nunca vamos poder assegurar resposta em

tempo útil, nem de fiscalizações em tempo útil e isso também não dá, acaba por não dar, uma boa imagem da administração pública. Traz frustração para quem trabalha nestes serviços. E mais do que tudo, o que me preocupa é que podemos não conseguir ter uma monitorização do Património, como seria desejável.

Também me preocupo porque vejo muitas Câmaras, no Alentejo, um pouco despreocupadas com esta questão da Arqueologia. Houve uma fase em que eu via as Câmaras todas interessadas em terem arqueólogos e, em algumas Câmaras, neste momento, não noto essa preocupação e isso também me aflige. Também há Câmaras no Alentejo que, pura e simplesmente, não contemplam o Património nos seus planos diretores municipais, recentemente aprovados. E isso também me preocupa muito. Eu acho que aquela preocupação dos anos 70 e 80 com o Património está um pouco a desaparecer, está um pouco a diluir-se e isto também para mim é grave. E não sei qual será o futuro, a nível da Arqueologia, nas Autarquias.

A nossa capacidade de acção também muitas vezes é peada, por assim dizer, por algum legalismo excessivo. Ou seja, eu vejo, por vezes, ao nível dos organismos da administração central uma grande preocupação com a legislação que, em si, não é errada. Mas, às vezes, parece-me que há mais preocupação com a legislação, do que com a protecção do Património. Ou seja, em vez de pensarmos “como é que vamos resolver esta situação” e depois, tentarmos ver em termos da Lei, o que podemos ou não podemos fazer, às vezes, começamos ao contrário. Olhamos para a Lei e depois é que pensamos no Património. E isto também me preocupa.

Também me preocupa que a nossa capacidade de intervenção, ao nível da salvaguarda do Património, nomeadamente na área dos projectos agrícolas de que falei, esteja dependente da boa vontade de terceiros. Nós temos conseguido alguns resultados, graças à nossa capacidade de diálogo e de articulação com a DGPC, mas também com a Direcção Regional de Agricultura e com o Ministério Público. Mas se, por alguma razão, alguma destas entidades perder esse interesse, nós sozinhos não temos capacidade de agir, intervir e de assegurar uma efectiva protecção do Património, neste domínio que é tão importante, neste momento, na zona do Alentejo.

Alguns conselhos, só para acabar. Conselhos rápidos! Reflexões minhas...

Os arqueólogos, enquanto estudantes, têm de ter capacidade de reivindicar. Eu acho que as novas gerações têm pouco essa cultura reivindicativa. Por

exemplo, quando foram alterados os requisitos de acesso à direcção de trabalhos arqueológicos, obrigando à titularidade de mestrado. Se na altura eu andasse na faculdade, ter-me-ia manifestado contra e teria reivindicado que os arqueólogos com licenciatura tivessem o direito “de escavar”. As pessoas dizem: mas eles não têm preparação, porque só têm três anos de licenciatura. Eu digo: é evidente, mas eles não têm culpa, porque quem tem culpa é “Bolonha” e quem admitiu que o modelo Bolonha fosse implementado aqui. Ou seja, agora, as pessoas para poderem “ser arqueólogos” têm de pagar mais dois anos, para terem os seus mestrados e poderem dirigir escavações. Para além do que têm de pagar na licenciatura. E eu não vi a comunidade dos estudantes a revoltar-se contra esta situação e isso fez-me imensa impressão. Até podiam não conseguir nada, mas pelo menos, como diziam os espanhóis revoltados republicanos, na guerra civil, “resistir já é vencer”!

Depois, os arqueólogos exigem condições de trabalho. Essa parte preocupa-me, mas já não tanto, porque eu acho que o STARQ está activo, e está com força e está com boa vontade e acho que isso é muito importante. Todos nós sabemos que, muitas vezes, as condições de trabalho para as novas gerações e para os arqueólogos que trabalham a recibo verde, são bastante más, bastante deficientes. Os ordenados que ganham, por vezes, são uma miséria. E eu penso que um sindicato é importantíssimo, deste ponto de vista.

Aos arqueólogos que dirigem trabalhos arqueológicos, eu dava-lhes o conselho que eles se assumam como directores de intervenções científicas. E que dialoguem com a Tutela, ou seja, connosco, em pé de igualdade. Há muitos casos (nem em todos, felizmente) de arqueólogos que estão no terreno e que querem que nós vamos lá para lhes dizermos, perante uma situação, o que é que devem fazer. Eu acho que um arqueólogo que está a dirigir uma escavação, antes de mais, é o responsável científico por essa escavação. Então, ele tem obrigação de, primeiro, não ter medo de nós e de olhar para nós como iguais. Nós somos representantes da Tutela, mas somos tão arqueólogos como eles. Segundo, de apresentar as suas propostas, de propor soluções e, muitas vezes, se contraporem à nossa opinião. Porque nós não somos detentores da verdade e até podemos não estar a ver uma coisa que para eles é evidente, porque estão no terreno todos os dias e nós chegámos ali naquele momento e fomos ver o que se passava. E é esse o conselho que eu vos deixo. Não tenham medo! Não tenham vergonha! Pensem que nós somos tão arqueólogos como vocês e vo-

cês têm todo o direito e têm obrigação, enquanto responsáveis científicos, de assumir a responsabilidade daquela escavação e de propor soluções sobre qual deve ser a estratégia de intervenção para aquele sítio.

Depois, acho que os arqueólogos devem fazer um esforço, mesmo quando trabalham na arqueologia empresarial (e isso já acontece em muitos casos, felizmente), para publicar os resultados dos seus trabalhos. Não deixem isso de vista! Pensem sempre que vocês são arqueólogos, não são trabalhadores da construção civil; vocês são investigadores, vocês são cientistas e têm obrigação de divulgar os resultados dos trabalhos que fazem. Sei que muitas vezes as condições são difíceis, mas tentem fazer um esforço nesse sentido, porque isso é importante e também para vocês e para a vossa formação profissional.

E mesmo na elaboração dos relatórios (eu analiso centenas de relatórios), procurem apresentar dados que contextualizem os resultados das vossas intervenções, por muito “mixurucas” que sejam. Na semana passada, por acaso, estive a ver um relatório de dois “buracos” miseráveis. Mas a partir desses dois “buracos” miseráveis, a arqueóloga responsável conseguiu chegar a conclusões e interpretações históricas sobre a História da cidade onde estava a trabalhar e chegar a resultados que contribuem para o melhor conhecimento da História dessa cidade. Portanto, isso é possível, muitas vezes. Outras vezes não, claro. Eu penso que os arqueólogos devem pôr um certo cuidado em transformar, também, os próprios relatórios, num trabalho de produção científica, mesmo que não seja uma publicação.

Arqueólogos, não se desmereçam a si próprios, mas percebam que os outros arqueólogos são vossos iguais, independentemente dos cargos que ocupam. Eu noto muitas vezes na malta mais nova, uma quase veneração ou quase medo dos professores universitários, que eu francamente não compreendo. Mesmo quando esses arqueólogos já acabaram o curso há 10 anos, há 15 anos, há 20 anos! Eu penso que devem fazer um esforço de pensarem que nós devemos respeito a toda a gente, mas eles, os mais velhos, também nos devem respeito a nós. E nós somos iguais e é em pé de igualdade que devemos tratar uns com os outros.

Outro conselho tem a ver com uma coisa que eu oiço muitas vezes: nós gostamos imenso de dizer mal! E normalmente, as gerações quando são novas acham sempre que o trabalho delas é muito melhor que o trabalho que está para trás. A nível de metodologia, a nível de abordagem, a nível de uma série de coisas. Eu, felizmente, muito nova, ainda andava a estudar,

tive quem me ensinasse que todo o trabalho tem o seu interesse, todo o trabalho tem a sua importância e também temos, muitas vezes, de o contextualizar na época em que foi feito. E nunca vou esquecer esse conselho. E por isso o que eu vos recomendo é: antes de criticar o trabalho dos outros, sobretudo os trabalhos mais antigos, façam o exercício ao contrário, olhem para o que eles fizeram de bom e pensem o que é que se pode extrair de informações importantes desses trabalhos que foram publicados, mesmo com metodologias que hoje em dia nos fazem arrepiar os cabelos, pôr os cabelos em pé.

Por fim, nunca esqueçam a função social da Arqueologia. A Arqueologia é um trabalho que é feito em comunidade e na comunidade, é feito com pessoas. Eu acho que é importantíssimo apostar em sessões de divulgação com a população, onde se está a trabalhar durante mais tempo. Esclarecer as pessoas e explicar-lhes o que está ali a acontecer. Fazer essa divulgação tão essencial e que muitas vezes não se faz. E, outra coisa, que por exemplo eu fiz quando fazia as minhas escavações, por minha iniciativa, e porque achava que o devia fazer; não é obrigatório por Lei, mas eu acho que é importante. Os arqueólogos quando trabalham quando enviam o relatório à Tutela, do meu ponto de vista, deveriam enviar uma cópia, para conhecimento, às Câmaras Municipais. Muitas vezes as Câmaras, se querem ter conhecimento dos trabalhos que se realizaram no seu conselho, são obrigadas a ir à DGPC para consultarem os relatórios, porque não têm acesso a eles. Agora, felizmente, a DGPC está a colocar relatórios *online* e isso é uma ideia excelente, mas se os arqueólogos tiverem essa iniciativa própria de fazerem chegar esses relatórios às Câmaras, seria também uma forma de recompensar essa comunidade pelo trabalho que foi aí feito.

Ainda tinha mais umas coisas, mas não vou dizer. Agora fico por aqui...

ANEXO – TRANSCRIÇÃO

Então, boa tarde a todos, mais uma vez, e a todas, para ser politicamente correcta. Quero agradecer antes de mais, e rapidamente, já percebi que não tenho muito tempo, ao Sindicato pelo convite que me fez e em particular, perdoem-me os outros membros do sindicato, à Jacinta. É um bocado como a cena do Padrinho, de nos meterem uma cabeça de cavalo na cama, ela faz-me uma proposta que eu não podia recusar porque, a Jacinta conheço há muito tempo, conheço-a muito bem e acho que é uma lutadora. Não só uma lutadora no campo da investigação científica, que às vezes não é fácil e também é preciso lutar aí; mas também tem sido, desde sempre, uma lutadora pelos direitos desta classe que são os arqueólogos. E por isso e perante este aniversário, eu não poderia fazer outra coisa senão aceitar e agradecer muito o convite que me fizeram.

Por outro lado, estou muito contente de estar aqui porque o Museu Nacional faz parte, também, da história da minha vida e de uma fase se calhar decisiva e importantíssima para aquilo que eu depois fiz a partir desse momento.

Como me convidaram para eu contar a história da minha vida, que já é longa e temos pouco tempo, eu vou tentar resumir telegraficamente aquilo que fiz, até porque, a seguir, escrevi meia dúzia de reflexões, pensando que estaria aqui gente mais nova e achei que podia ser interessante partilhá-las com vocês. Não tomem isto como uma atitude paternalista de: “eu sou mais velha, sei melhor, sei mais que vocês”. Não é isso. Mas tomem antes isto como uma atitude: “eu sou mais velha, portanto ando a pensar nestas coisas há mais tempo que vocês” e cheguei a algumas conclusões, cheguei a algumas dúvidas também, e gostava de partilhar algumas destas ideias convosco, como pistas para a vossa própria reflexão individual no exercício das vossas carreiras. Portanto, sem perder mais tempo, começando pelo princípio.

(olha para os apontamentos)

Porque é que eu fui para arqueóloga? Não tive muita escolha. Desde o princípio, para mim era bastante evidente que eu queria trabalhar na área da Arqueologia, talvez porque o meu tio, que eu não conheci, era arqueólogo, que era o Vergílio Correia, mas o meu pai tinha trabalhado com ele, tinha trabalhado com o irmão, e desde miúda, que em minha casa se falava de História e se falava da Arqueologia, se falava no trabalho que o meu tio tinha feito em Conimbriga e por isso era um bocado inescapável fugir a esta tendência que

também correspondia a um gosto pessoal que eu tinha pela disciplina da História.

Então, acabei por ir para a Faculdade, isto ainda antes do 25 de Abril, e fui suspensa por actividades tão subversivas, como a associação querer fazer eleições, ser proibido, os membros da associação de estudantes pedirem às pessoas que estavam nas salas para saírem em solidariedade com eles. Nós saímos e veio a polícia, identificou-nos a todos e, fomos, não fomos presos, nada disso, mas fomos proibidos de entrar no espaço da Faculdade. O que quer dizer que, na prática, não podíamos entrar na Faculdade, portanto, não podíamos “tirar o curso”. Isso foi muito bom para mim, por estranho que pareça.

(risos)

Porquê? Primeiro, porque eu não podia entrar na Faculdade de Letras, mas eu podia entrar nos outros edifícios. E então, comecei a entrar na Faculdade de Ciências e a trabalhar com o Huet Bacelar e, na altura, com o Gustavo Marques que estava lá a estudar os materiais de Alpiarça, e que me ensinaram a inventariar material, a lavar material, a marcá-lo, e eu acabei por “ter” essa parte prática, para ocupar o meu tempo, uma vez que não podia entrar na minha Faculdade.

E nesse ano houve o 25 de Abril. Isto aconteceu em Fevereiro, portanto eu acabei por “passar o ano” com passagem administrativa e não fui prejudicada, (porque) graças ao 25 de Abril. Portanto, tenho uma razão suplementar para estar contente com esta data do 25 de Abril de '74!

Depois, calmamente, acabei o curso já sem outros percalços e comecei-me a interessar então ao nível da Arqueologia, sobretudo pela Pré-História Recente. Porque achei que era uma área de investigação extremamente interessante do ponto de vista social. Talvez porque aí, isso hoje em dia, também já é um bocado questionado, mas na altura era mais aceite porque as “coisas seriam mais simples”. Agora já vemos que há realidades muito mais complexas.

Mas se calhar, era para mim a fase mais interessante, porque era o momento em que, do meu ponto de vista, se estavam a prefigurar as sociedades tal como nós as conhecemos hoje. Com profissões, com diferenciações sociais, com uma série de características que, na altura, era pacífico que teriam raízes neste período. E por isso eu achei que seria sempre mais interessante para investigar e foi sempre a minha área de eleição.

Depois, quando acabo o curso, o Francisco Alves, que já foi director desta casa, convida-me para ir trabalhar para o Campo Arqueológico de Braga, onde eu trabalho durante dois anos, como o Regis já disse, e

ai ganhei a minha grande experiência de campo e de arqueologia de salvamento. Acabo por sair do Campo Arqueológico porque não havia dinheiro para nos pagar. Nós chegámos a ter situações tão fantásticas como havia verbas para os voluntários, então os voluntários comiam e os profissionais do Campo ficavam sentados à espera que eles acabassem de comer para irmos comer os restos que eles tivessem deixado. Portanto, não pensem que a vossa vida é difícil, ou que a só a vossa vida é difícil, porque a nossa também foi.

E pronto, acabei por sair e fui dar aulas.

E depois, quando o Francisco Alves veio aqui para o Museu, convida-me para integrar esta equipa que deu realmente a primeira “grande volta” aqui ao Museu Nacional e que tem tido continuidade até agora. Eu não me vou demorar muito mais sobre isso, para não perder tempo.

Na altura trabalhávamos no Museu, e está aqui a Teresa Marques que pertence a essa época também, esteve aqui comigo, trabalhávamos no Museu Nacional e no Departamento de Arqueologia do IPPC. Quando eles se desdobram, eu passo a trabalhar no Departamento de Arqueologia, e depois concorro para o que era o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul que, hoje em dia, é a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, e onde tenho estado até agora, e desenvolvido vários trabalhos, dos quais não vos vou falar para não perder mais tempo.

(Regis: Mas estás à vontade...)

Sim, mas eu queria sobretudo deixar mais tempo para as minhas reflexões.

Portanto, a história da minha vida já acabou, estou na Direcção de Cultura do Alentejo até me poder reformar, com muito trabalho pela frente, até à aposentação.

(risos)

E passo agora às minhas reflexões e aos meus conselhos.

Ora bem, como eu vejo a evolução da Arqueologia em Portugal, partindo do princípio que assisti a uma boa parte destes últimos tempos?

A seguir à criação do IPA, ou seja, não é a seguir à criação do IPA, a seguir à extinção do IPA, podemos começar por aí para não perdermos tempo, eu começo a ver que a Arqueologia, que com o IPA se tinha afirmado, no panorama português, também muito graças ao impacto da situação do Còa, começou a haver, com a extinção do IPA, uma “diluição” da Arqueologia no conjunto das áreas do Património. E isso, eu acho, que implicou uma certa perda de influência [da Arqueologia]. Eu, em teoria, até acho que era interes-

sante o conceito da Arqueologia integrada num serviço de Património em geral, mas a experiência leva-me a reconhecer que com um organismo autónomo teria muito mais capacidade de intervenção e muito mais capacidade de afirmação. E penso que isso foi uma perda para todos nós. Isto são tudo as minhas opiniões pessoais, como é evidente.

Acho que o futuro ainda poderá ser mais complexo. A autonomização das Direcções Regionais de Cultura em relação ao organismo central também nos cria, por vezes, problemas. Temos por lado, a DGPC, e por outro lado, as Direcções de Cultura, mas somos organismos independentes, neste momento. Embora tecnicamente não sejamos, mas formalmente, somo-lo. E isso por vezes, também gera ruído e prejudica uma articulação mais eficiente, embora eu ache que se a situação não é mais grave, se deve muito às pessoas que trabalham tanto nuns serviços como nos outros e na capacidade que nós temos tido de conseguir manter boas relações pessoais e humanas. Mas a própria legislação que criou a DGPC e que criou os serviços regionais, agora Direcções Regionais, não é clara, tem zonas de sombra e complica toda esta situação. E eu infelizmente, neste momento, não sei se não seria muito preferível que nós continuássemos a depender de um organismo central, em vez de termos uma autonomia que depois na prática acaba por não a ser.

Pior ainda, está-se a falar agora na hipótese das Direcções de Cultura serem integradas nas Comissões de Desenvolvimento Regional. E eu isso, acho que, mais uma vez nós vamos sendo “diluídos” cada vez mais e a nossa influência, a nossa capacidade de intervenção pode-se ressentir disso. Vamos ter eleições este ano e, portanto, certamente até as eleições isto não vai acontecer, mas depois não sei o que se prefigura no horizonte, mas cada vez se tem falado mais desta hipótese e a CCDR, claramente, é um organismo virado para a gestão do território, mas não é um organismo que, de per si, tenha preocupações patrimoniais. Bem, por isso, nós ao sermos integrados lá, pode ser mais uma machadada na nossa capacidade de intervenção, na capacidade de intervenção do Estado nos domínios do Património e da sua preservação e na fiscalização da sua actividade. É um receio que eu tenho, o futuro dirá, se é verdade, se não é, se isto vai acontecer.

Por outro lado, a legislação também não tem ajudado. As nossas leis são confusas, são pouco explícitas, não estão regulamentadas, têm também muitas zonas de sombra (a Lei de Bases do Património, nomeadamente, a lei que rege as classificações). E nós quando, na prática, tentamos de utilizar esses

instrumentos legislativos, muitas vezes para tomarmos certas decisões, vemo-nos confrontados com essas inconsistências ou com essa falta de regulamentação, que muitas vezes entram e prejudicam a nossa actividade.

Por outro lado, e isso já foi falado também pelo António Carvalho, preocupa-me muito o emagrecimento da administração pública, que traz graves dificuldades em termos de pessoal, não é só o museu nacional, mas é a administração toda e isso também se reflete nos nossos serviços. Se nós não tivermos capacidade de renovar os nossos quadros, cada vez temos mais volume de trabalho. Pelo menos a nível da Direcção [Regional de Cultura] do Alentejo, onde eu trabalho, noto isso, o volume de trabalho está a crescer exponencialmente, sobretudo agora com os projectos agrícolas no âmbito da rede de rega de Alqueva. E se não tivermos capacidade de ter mais pessoas a trabalhar, nunca vamos poder assegurar resposta em tempo útil, nem de fiscalizações em tempo útil e isso também não dá, acaba por não dar, uma boa imagem da Administração pública. Traz frustração para quem trabalha nestes serviços. E mais do que tudo, o que me preocupa é que podemos não conseguir ter uma monitorização do Património, como seria desejável.

Por outro lado, também me preocupo porque vejo muitas Câmaras, lá em baixo, no Alentejo, um pouco despreocupadas com esta questão da Arqueologia. Houve uma fase em que eu via as Câmaras todas interessadas em terem arqueólogos e, em algumas Câmaras eu, neste momento, não noto essa preocupação e isso também me aflige. Também há Câmaras no Alentejo que, pura e simplesmente, não contemplan o Património nos seus planos diretores municipais, recentemente aprovados. E isso também me preocupa muito. Portanto, eu acho que aquela preocupação dos anos 70 e 80 com o Património está um pouco a desaparecer, está um pouco a diluir-se e isto também para mim é grave e não sei qual será o futuro, também a nível da Arqueologia nas Autarquias.

A nossa capacidade de acção também muitas vezes é peada, por assim dizer, por algum legalismo excessivo. Ou seja, eu vejo por vezes a nível dos organismos da administração central uma grande preocupação com a legislação que, em si, não é errada; mas às vezes parece-me que há mais preocupação com a legislação, do que com a protecção do Património. Ou seja, em vez de nós, por vezes, pensarmos “como é que vamos resolver esta situação” e depois, tentarmos ver em termos da Lei, o que podemos ou não podemos fazer, às vezes, começamos ao contrário. Olhamos para

a Lei, e depois é que pensamos no Património. E isto também me preocupa.

Também me preocupa que a nossa capacidade de intervenção, a nível da salvaguarda do Património, nomeadamente na área, por exemplo, destes projectos agrícolas, de que eu falei, esteja dependente da boa vontade de terceiros, nomeadamente nós temos conseguido alguns resultados graças à nossa capacidade de diálogo e de articulação com a DGPC, por um lado, mas também com a Direcção Regional de Agricultura e com o Ministério Público. Mas se, por alguma razão, alguma destas entidades perder esse interesse, nós sozinhos não temos capacidade de agir, intervir e de assegurar uma efectiva protecção do Património, neste domínio que é tão importante, neste momento, na zona do Alentejo.

Alguns conselhos, só para acabar. Tenho tempo? Quanto tempo?

Bom, conselhos rápidos! Reflexões minhas...

Os arqueólogos, enquanto estudantes, têm de ter capacidade de reivindicar. Eu acho que as novas gerações têm pouco, pouco, essa cultura reivindicativa. Por exemplo, quando se passou a questão, a nível da direcção de trabalhos arqueológicos ter de ser assegurada por alguém que tenha mestrado. Eu se na altura andasse na faculdade ter-me-ia manifestado contra e teria reivindicado que os arqueólogos com licenciatura deveriam ter o direito “de escavar”. As pessoas dizem: claro, mas eles não têm preparação, porque só têm três anos. Eu digo, é evidente, mas eles não têm culpa, porque quem tem culpa é Bolonha e quem admitiu que o modelo Bolonha fosse implementado aqui. Ou seja, agora, as pessoas para poderem ser arqueólogos têm de pagar, dois anos, para terem os seus mestrados e poderem dirigir escavações. Para além que têm de pagar (risos) na licenciatura. E eu não vi a comunidade dos estudantes a revoltar-se contra esta situação. E isso fez-me imensa impressão. Até podiam não conseguir nada, mas pelo menos, como diziam os espanhóis revoltados republicanos, na guerra civil, “resistir já é vencer”!

Bom, depois, os arqueólogos a exigirem condições de trabalho. Essa parte preocupa-me, mas já não tanto, porque eu acho que o Sindicato está activo, e está com força e está com boa vontade e acho que isso é muito importante, porque todos nós sabemos e eu não me vou alongar nesse ponto, que muitas vezes, as condições de trabalho para as novas gerações e para os arqueólogos que trabalham a recibo verde, são bastante más, bastante deficientes. Os ordenados que ganham, por vezes, que são uma miséria.

E eu penso que um sindicato é importantíssimo, deste ponto de vista.

Depois, aos arqueólogos que dirigem trabalhos, eu dava-lhes o conselho que eles se assumam como directores de intervenções científicas. E que dialoguem com a Tutela, ou seja, connosco, em pé de igualdade. (eu) Muitas vezes, nem em todos os casos, felizmente; mas há muitos casos, por vezes, de arqueólogos que estão no terreno e que querem que nós vamos lá para lhes dizermos, perante uma situação, o que é que devem fazer. Eu acho que um arqueólogo que está a dirigir uma escavação, antes de mais, é o responsável científico por essa escavação. Então, ele tem obrigação, primeiro: de não ter medo de nós e de olhar para nós como iguais. Nós somos representantes da Tutela, mas somos tão arqueólogos como eles. Segundo: de apresentar as suas propostas, de propor soluções e de, muitas vezes, se contraporem à nossa opinião porque nós também não somos detentores da verdade e até podemos não estar a ver uma coisa que para eles é evidente porque estão no terreno todos os dias e nós chegámos ali naquele momento e fomos ver o que se passava. E é esse o conselho que eu vos deixo. Não tenham medo! Não tenham vergonha! Pensem que nós somos tão arqueólogos como vocês e vocês têm todo o direito, e têm obrigação, enquanto responsáveis científicos de assumir a responsabilidade daquela escavação e de propor soluções sobre qual deve ser a estratégia de intervenção para aquele sítio.

Depois, acho que os arqueólogos devem fazer um esforço, mesmo quando trabalham na arqueologia empresarial, e isso já acontece em muitos casos, felizmente, para publicarem os resultados dos seus trabalhos. Mas não deixem isso de vista! Pensem sempre que vocês quando são arqueólogos, não são trabalhadores da construção civil, vocês são investigadores, vocês são cientistas. E têm obrigação de divulgar os resultados dos vossos trabalhos que fazem. Sei que muitas vezes as condições são difíceis, mas tentem fazer um esforço nesse sentido. Porque isso é importante e também é importante para vocês e para a vossa formação profissional.

E mesmo na elaboração dos relatórios, e eu analiso centenas de relatórios, procurem também apresentar dados que contextualizem os resultados das vossas intervenções, por muito "mixurucas" que sejam. E eu li, a semana passada, na sexta-feira, por acaso estive a ver um relatório de dois buracos miseráveis, mas a partir desses dois buracos miseráveis, a arqueóloga responsável conseguiu chegar a conclusões e interpretações históricas sobre a História da cidade onde

estava a trabalhar e chegar a resultados que contribuem para o melhor conhecimento da História dessa cidade. Portanto, isso é possível, muitas vezes. Outras vezes não, claro, mas eu penso que os próprios relatórios, os arqueólogos devem por um certo cuidado, em transformar também os próprios relatórios num trabalho de produção científica, mesmo que não seja uma publicação.

Estou quase a acabar. Se encontrar a folha, se não a tiver perdido. Não, falta-me uma página! Olha, não, encontrei-a!

(risos)

Outra coisa; outra coisa não, isto já vos disse. A propósito de nós da Tutela, mas eu tornava este extensivo a tudo. Arqueólogos, não se desmereçam a si próprios, como diria o outro, mas para além disso, percebam que os outros arqueólogos são vossos iguais. Independentemente dos cargos que ocupam. E eu também noto muitas vezes na malta mais nova, uma quase veneração ou quase medo dos professores universitários, que eu francamente não compreendo. Mesmo quando esses arqueólogos já acabaram o curso há 10 anos, há 15 anos, há 20 anos e eu penso que também devem fazer esse esforço de pensarem: nós devemos respeito a toda a gente, mas eles também nos devem respeito a nós. E nós somos iguais e é em pé de igualdade que devemos tratar uns com os outros.

(só faltam duas)


Outro conselho tem a ver com uma coisa que eu oiço muitas vezes: nós gostamos imenso de dizer mal! E normalmente, as gerações quando são novas acham sempre que o trabalho delas é muito melhor que o trabalho que está para trás. A nível de metodologia, a nível de abordagem, a nível de uma série de coisas. Eu felizmente, tive quem me ensinasse e, muito nova, ainda andava a estudar, quem me chamasse à atenção, e eu nunca vou esquecer é esse conselho: para que todo o trabalho tem o seu interesse, todo o trabalho tem a sua importância e também temos, muitas vezes, de o contextualizar na época em que foi feito. E por isso o que eu vos recomendava era, antes de criticar o trabalho dos outros, sobretudo os trabalhos mais antigos, façam o exercício ao contrário, olhem para o que eles fizeram de bom e pensem o que é que se pode extrair de informações importantes desses trabalhos que foram publicados, mesmo com metodologias que hoje em dia nos fazem arrepiar os cabelos, pôr os cabelos em pé.

Por fim, não esquecer, nunca esqueçam, a função social da Arqueologia. A Arqueologia é um trabalho que é feito em comunidade, é feito na comunidade, é feito com pessoas e eu acho que é importantíssimo

apostar em sessões com a população, onde se está a trabalhar durante mais tempo, esclarecer as pessoas e explicar-lhes o que está ali a acontecer. Fazer essa divulgação tão essencial e que muitas vezes não se faz. E, outra coisa, que por exemplo eu fiz quando fazia as minhas escavações, por minha iniciativa, e porque achava que o devia fazer. Eu sei que não é obrigatório por Lei, mas eu acho que é importante. Os arqueólogos quando trabalham na área de um conselho e quando enviam o relatório à Tutela, do meu ponto de vista, deveriam enviar uma cópia, para conhecimento, às Câmaras Municipais. Muitas vezes as Câmaras, se querem ter conhecimento dos trabalhos que se realizaram no seu conselho, são obrigadas a vir à DGPC para consultarem os relatórios, porque não têm acesso a eles. Agora felizmente a DGPC está a colocar relatórios online e isso é uma ideia excelente, mas se os arqueólogos tiverem essa iniciativa própria de fazerem chegar esses relatórios às Câmaras, penso que seria também uma forma de recompensar essa comunidade pelo trabalho que foi aí feito.

Ainda tinha mais umas coisas, mas não vou dizer. Se tivermos tempo, poderei.

Agora fico por aqui. Já falei muito.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2025

www.arqueologos.pt